

TERMO DE REFERÊNCIA
CONTRATAÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
TÉCNICO

Obra: REFORMA NO SISTEMA DE COBERTURAS DE EDIFÍCIOS DA UNICAMP

Unidades interessadas:	BIBLIOTECA - FCM CIPOI FCM 01 + ANEXOS FCM - CIPED FCM - CEPRE NMCE (BARRACÃO) NEFROLOGIA FE - ANEXO II FE - PRÉDIO * - CEDES FE - ANEXO II FEM - DSI - "B até G" FEM - TOMOGRAFO FEM_ H I J K LABORATÓRIO DE BIOLOGIA - BLOCO (E1 e E2) + ANEXOS BIOLOGIA/ECOLOGIA (BARRACÃO) GENÉTICA (BARRACÃO) IE PRINCIPAL (ADM) IE PAVILHÃO (BARRACÃO) SVC DAE/DETIC DSSO DGA (DSTr) FEQ (BARRACÃO) BLOCO "B" ANEXOS (I e II) INCAMP REITORIA I + ANEXO DEDIC - CECI INTEGRAL GASTROCENTRO (I e II) IA - ANEXO AUDITÓRIO DCE SAE CLE CICLO BÁSICO II LEPTONS (BARRACÃO) SEC/FECFAU BLOCO "G" (BARRACÃO) CABINE DE FORÇA 03 BIOMA LAB. AMBIÊNCIA LAB. LOGICON ÓLEOS/DETA HIGIENE/DETA DCA/DECAN DEA/DETA DEPAN/DECAN FEEC Bloco "F" FEEC Bloco "A" FCF (SETOR 4) FCF (SETOR 6) CAISM GRÁFICA.
Data emissão:	17/04/2026
Processo nº.:	8217/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Objeto

Contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra e material, para execução de reforma das coberturas dos edifícios não modulares na Unicamp, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

CATSER:valor

Grupo: 545

Serviço: 19224

Descrição: Construção / manutenção / reforma - telhado

- 1.1.1 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).
- 1.1.3 O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.2 Os serviços objeto desta contratação, são caracterizados como serviço de engenharia comum.

1.3 Regime de execução

- 1.3.1 Empreitada por preço global.

1.4 Prazo de execução e Vigência da contratação

- 1.4.1 O prazo de execução do contrato é de 730 (setecentos e trinta) dias corridos para início, execução e entrega do objeto contratado, contados a partir do dia determinado na reunião técnica de liberação do início de sua execução.
- 1.4.2 O prazo de vigência da contratação é contado da data de sua assinatura até o recebimento definitivo, devendo a Contratada obedecer ao prazo de execução definido.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5 Esclarecimentos técnicos complementares sobre o Objeto

Todas as informações estão contidas nos projetos e memoriais descritivos.

1.6 Subcontratação

1.6.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (ESTRUTURAS METÁLICAS DE COBERTURA, IMPERMEABILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO DAS TELHAS)

- 1.6.1.1 A subcontratação fica limitada a IÇAMENTO DOS TELHAMENTOS E ESTRUTURAS METÁLICAS, CARREGAMENTO E TRANSPORTE, REMOÇÃO DE ENTULHO COM CAÇAMBA METÁLICA, CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO/ LABORATORISTAS PARA OS

ENSAIOS DE DE RESISTÊNCIA DE CONCRETO, EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÕES NO CANTEIRO DE OBRAS.

1.6.1.2 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

1.7 Hierarquia dos documentos

Nos casos de dúvidas sobre o conjunto de documentação técnica que compõe a Pasta Técnica, anexa ao Edital e eventuais incompatibilidades, fica determinada a seguinte hierarquia de documentos:

- 1º) O presente Termo de Referência;
- 2º) As pranchas de desenho dos projetos;
- 3º) Os memoriais Descritivos dos Projetistas;
- 4º) As planilhas orçamentárias;
- 5º) O Caderno de Encargos da Prefeitura Universitária.

1.8 Documentos técnicos que compõem a Pasta Técnica, anexos a este Termo de Referência:

- Memoriais Descritivos;
- Projetos;
- Cronograma físico-financeiro;
- Planilha Orçamentária;
- Planilha Analítica com as composições próprias;
- Relatórios fotográficos;
- Caderno de encargos da Prefeitura Universitária (disponível no site: https://www.depi.unicamp.br/wp-content/uploads/2022/01/caderno_encargos_v11.pdf);
- Manual da Divisão de Segurança do Trabalho – DSTr/DGRH (disponível no site: https://www.dgrh.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/18/2018/01/man_dsso_seguranca.pdf);
- Modelo de diário de obras;
- Modelo de placa de obra

1.9 INFORMAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

É de responsabilidade da CONTRATADA atender aos requisitos técnicos especificados a seguir.

1.9.1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL: A CONTRATADA deverá considerar nos seus custos a Administração local da obra como item de planilha. Definição: “A Administração Local compreende os custos das seguintes parcelas e atividades, dentre outras que se mostrarem necessárias: chefia e coordenação da obra; equipe de produção da obra; departamento de engenharia e planejamento de obra; manutenção do canteiro de obras; gestão da qualidade e produtividade; gestão de materiais; gestão de recursos humanos; gastos com energia, água,

gás, telefonia e internet; consumos de material de escritório e de higiene/limpeza; medicina e segurança do trabalho; laboratórios e controle tecnológico dos materiais; acompanhamento topográfico; mobiliário em geral (mesas, cadeiras, armários, estantes etc.); equipamentos de informática; eletrodomésticos e utensílios; veículos de transporte de apoio e para transporte dos trabalhadores; treinamentos; outros equipamentos de apoio que não estejam especificamente alocados para nenhum serviço.” *Redação dada pela Cartilha do Tribunal de Contas da União – Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas de 2014*

Da medição: A Administração Local será paga mensalmente e proporcionalmente através das medições dos serviços executados e aceitos, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, no Acórdão TCU 2.622/2013 – Plenário e no documento Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas (2014). Será seguida a mesma proporcionalidade para o caso de supressões e acréscimos de serviços.

- 1.9.2 CANTEIRO DE OBRAS: Deverá atender integralmente a NR-18 e NR-24. Em obras com prazo de execução superior a 300 dias, as instalações para o canteiro de obras deverão ser obrigatoriamente construídas em chapa de madeira compensada. A CONTRATADA deverá elaborar um “croqui” do Canteiro de Obras que contemple toda a área de influência da obra e apresentar à Fiscalização da CONTRATANTE para aprovação, sendo que o mesmo deverá ser provido de instalações sanitárias, abrigo de materiais, vestiário e refeitório (quando houver necessidade de alimentação no local), sendo proibida a confecção de refeições no Canteiro de Obras. A limpeza e manutenção do canteiro são responsabilidade da CONTRATADA. A CONTRATADA deverá encaminhar à Fiscalização da CONTRATANTE a relação de cargas elétricas que pretende utilizar no canteiro e solicitar e definir junto à Fiscalização da CONTRATANTE local único para instalação de ponto elétrico, sendo que são responsabilidades da CONTRATADA as derivações e instalações necessárias dentro da obra. A CONTRATADA deverá interligar o esgoto proveniente de seu Canteiro de Obras à rede geral de esgotos do local e, na impossibilidade, utilizar sanitários e vestiários químicos. Para quaisquer outros tipos de resíduos, a CONTRATADA deverá tratá-los conforme determinação do CONAMA. A CONTRATADA deverá providenciar a confecção e instalação da placa de identificação da obra em até 15 dias após a data de início da obra, conforme padrão da UNICAMP, cujo lay-out será fornecido na reunião de início de obra. Não poderão ser estocados materiais fora da área do canteiro de obras, bem como os equipamentos que serão utilizados na execução das obras, também não poderão manobrar fora desta área. Ao final da obra, o canteiro deverá ser totalmente desmobilizado e a área utilizada totalmente recomposta (deixada como foi encontrada).
- 1.9.3 ESTRUTURA METÁLICA: Antes da execução das estruturas metálicas deverá ser apresentado pela CONTRATADA, o projeto executivo, de fabricação e de montagem conforme NBR 8800/2008, acompanhado das respectivas ART's para aprovação da FISCALIZAÇÃO quanto ao arquitetônico e documentação solicitada em edital.
- 1.9.4 FÔRMAS PARA CONCRETO: As fôrmas para concreto aparente deverão ser executadas em chapas de madeira compensada, colagem fenólica, plastificadas e com espessura mínima de

18mm. Para concreto revestido, as chapas deverão também ter colagem fenólica, acabamento resinado e espessura mínima de 15 mm.

Na estrutura de concreto armado, deverão ser instalados espaçadores, para se garantir o cobrimento da armadura, nas medidas previstas em norma.

As concretagens só serão autorizadas após a conferência e aprovação das formas e ferragens pela fiscalização.

1.9.5 REDES DE ESGOTO E DE ÁGUAS PLUVIAIS: As redes de esgoto e de águas pluviais deverão ser entregues limpas e desobstruídas dos resíduos provenientes dos serviços executados pela CONTRATADA. A limpeza deverá ser garantida e executada perante a Fiscalização da CONTRATANTE, sem quaisquer custos adicionais à CONTRATANTE.

1.9.6 MADEIRA: caso sejam utilizados produtos ou subprodutos de madeira na execução do Objeto, a CONTRATADA assume o compromisso de utilizar apenas madeira de origem exótica ou, no caso de utilização de madeira de origem nativa, estar de acordo com o disposto no §2º do artigo 8º do Decreto nº 53.047, de 2 de junho de 2008, que estabelece procedimentos na aquisição de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa pelo Governo do Estado de São Paulo.

1.9.7 MEIO AMBIENTE

É de responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento de todas as condicionantes ambientais que envolvam a preservação dos elementos Ar – Água – Solo – Fauna – Flora, observando a adoção de boas práticas ambientais na execução de obras para a Contratante, assim como as legislações ambientais vigentes.

1.9.7.1 Geral

As especificações de controle ambiental englobam os meios: Físico: Ar, água e solo; Biótico: Flora e fauna; Socioeconômico: População de entorno, funcionários, professores, alunos e usuários do campus da UNICAMP, e estão agrupadas nos seguintes itens:

- Supressão de Vegetação e Intervenção em Áreas de Preservação Permanente – APP's;
- Processos Erosivos;
- Proteção de Recursos Hídricos Superficiais;
- Resíduos Sólidos;
- Efluentes Líquidos;
- Poluição Sonora;
- Poluição Atmosférica;
- Poluição do Solo e Aquíferos Subterrâneos.

1.9.7.2 Controle de Resíduos Sólidos

Objetivo: Garantir que todos os resíduos gerados durante a instalação, execução e desmobilização das obras sejam acondicionados e dispostos corretamente em locais apropriados.

Descrição: Resíduos sólidos consistem em todos os restos de materiais sólidos provenientes das atividades do canteiro de obras e frentes de serviços, tais como os óleos e graxas provenientes das oficinas, almoxarifados e equipamentos/máquinas. Frascos plásticos e recipientes metálicos para refeições e descartes de escritório, entre outros, devem ser devidamente segregados para a reciclagem. Quanto aos resíduos orgânicos, deverão ser encaminhados para a coleta pública.

Instruções Gerais: Todos os servidores da CONTRATADA deverão receber instruções quanto à utilização controlada de materiais, visando a menor produção possível de resíduos a serem dispostos. É recomendável, também, o incentivo à coleta de resíduos recicláveis, segregando ao menos papel, metal, plástico e orgânico. Todos os resíduos sólidos devem ter seu destino final em locais apropriados e devidamente licenciados.

Procedimentos:

- a. Distribuir em todas as frentes de obras e canteiro, recipientes plásticos ou tambores de lixo para a coleta de resíduos não perigosos gerados, preferencialmente diferenciando os tipos de resíduos possibilitando a coleta seletiva;
- b. Dispor os resíduos orgânicos e sobras de alimentos gerados nas obras em sacos apropriados para a coleta urbana e depositar nas grades existentes e que estão distribuídas no campus;
- c. Os resíduos de construção civil (RCC) Classes A, B, C e D segundo a Resolução 307/CONAMA, provenientes da demolição e da execução de obras, deverão ser encaminhados, devidamente segregados e acondicionados, para áreas legalizadas e licenciadas pelo Município para este fim;
- d. Os resíduos de óleos e graxas coletadas, inclusive as estopas sujas de óleos e graxas procedentes de manutenção emergencial devem ser acondicionados em tambores e retirados e transportados por empresas especializadas neste tipo de disposição.
- e. A Contratada, assim como a empresa receptora dos resíduos de construção RCC, devem estar cadastradas no Sistema de Gerenciamento Online de Resíduos/SIGOR, da CETESB. Assim, ao envio de cada caçamba ou caminhão contendo resíduos, a Contratada deverá emitir documento físico de Manifesto de Transporte de Resíduos/ MTR e, ao final de cada trimestre / conclusão da obra, emitir no sistema SIGOR/CETESB uma Declaração de movimentação de Resíduos/ DMR constando toda a quantidade de resíduos que saiu da unidade contratante neste período.
No documento MTR deverá constar o CNPJ da construtora Contratada para execução dos serviços, da empresa transportadora dos resíduos e da empresa que irá receber os resíduos. Cabe ressaltar que, no momento da emissão do MTR serão necessários os dados do caminhão e do motorista que farão o transporte. O processo para emissão do MTR deverá seguir Instrução Normativa DEPI N° 07/2024, de 02 de outubro de 2024.
- f. A CONTRATADA deverá apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Obra (PGRO), conforme modelo para preenchimento PT-PGRCC-04 disponível na página <https://www.depi.unicamp.br/geare/>, inclusive croqui do canteiro de obras delimitando as áreas para armazenamento provisório. Este documento deverá ser entregue na reunião de início de execução do objeto, que será posteriormente aprovado pelo órgão competente da Universidade.
- g. O manejo, armazenamento, transporte e destinação final dos RCC gerados na obra devem atender às diretrizes do PGRCC da Unicamp e PGRL da Unidade (quando houver), da lei federal nº 12.305/2010 e da Resolução CONAMA 307/2002 e suas atualizações.
- h. Para a liberação do transporte e destinação final do resíduo, deverá ser solicitado e agendado junto à Equipe de Fiscalização da CONTRATANTE, a emissão do MTR, segundo a portaria do MMA 280/2020 que deverá ser fornecido ao transportador.

- i. A CONTRATADA deverá fornecer o respectivo Certificado de Destinação Final (CDF) para cada MTR, até o recebimento definitivo do objeto.

1.9.8 NA CONCLUSÃO DA OBRA DEVERÁ SER ENTREGUE:

- As Built
- Projetos complementares (linha de vida, estruturas metálicas de escada marinho)
- Notas Fiscais e manuais dos equipamentos instalados
- Relatórios dos testes de estanqueidade das impermeabilizações
- Relatórios de resistência dos concretos lançados
- Manuais de manutenção dos sistemas instalados
- Certificados de garantia dos materiais

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Atualmente na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, muitas coberturas de edifícios da Universidade, apresentam desgastes naturais, decorrentes do tempo de uso em relação a sua construção, exposição às intempéries climáticas e manutenções paliativas. Resultando em infiltrações, goteiras, deterioração das estruturas de sustentação, comprometimento de telhas e calhas, que afetam diretamente as atividades acadêmicas, administrativas e de pesquisa desenvolvidas nestes espaços.

2.2 A grande maioria dos edifícios da Universidade, foram construídos nas décadas de 1970, 1980 e 1990, onde foram utilizadas metodologias construtivas disponíveis e usuais para a época, após mais de 35 anos de uso contínuo, estes sistemas de cobertura apresentam significativo desgaste.

2.3 Desta forma, levando em consideração todos os itens descritos acima, há necessidade da contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra e material, para execução de reforma de cobertura em diversos edifícios do campus, visando garantir a segurança, salubridade e adequado funcionamento das instalações universitárias.

2.4 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme ID do item no PCA 6378/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A solução baseia-se na refacção dos sistemas de cobertura do campus, nas edificações destacadas e incluídas na listagem de intervenções. Desta forma, será realizada retirada das coberturas existentes, demolições de todas as estruturas deterioradas e sem condições de reaproveitamento, tendo em vista seus significativos estados de deterioração e vida útil dos materiais empregados.

3.2 Adequação estrutural, com a realização de novos sistemas em estruturas metálicas, garantindo conformidade com as normas de desempenho ABNT NBR 8800, ABNT NBR 14762 e demais relacionadas, tendo assim nova vida útil para os sistemas de cobertura.

- 3.3** Execução de novo sistema de impermeabilização, que não pode ocorrer de forma parcial, levando-se em consideração, que se há direta relação entre a condição da camada de base para aplicação de impermeabilização, bases estas que atualmente encontram-se degradadas com trincas, fissuras, irregularidades, trechos “soltos” e desintegrados. Desta forma se torna necessária recuperação das camadas que serão impermeabilizadas, para uma execução uniforme e que atinja o nível de desempenho necessário.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Vistoria

- 4.1.1 Se torna necessária a realização de vistoria das empresas participantes da licitação, para que tenham a possibilidade de esclarecer dúvidas técnicas de execução, que interferem no planejamento, metodologia e execução das atividades, refletindo respectivamente em sua composição de custos. Mesmo realizando uma pasta técnica completa com identificações fotográficas, projetos detalhados, relatórios fotográficos e demais itens que auxiliam na compressão dos interessados, há possibilidade de serem interpretados equivocadamente ou incorretamente, devido ao quantitativo, volume e particularidades do objeto.
- 4.1.2 Realizando a vistoria nos locais de atividade desta contratação, será garantida isonomia entre os licitantes, assegurando desta forma que todas as empresas tenham acesso às mesmas informações sobre as condições reais das atividades, evitando propostas subestimadas ou superestimadas. Cabe ressaltar que há possibilidade de empresas que já trabalharam ou trabalham na Universidade participarem do processo de contratação, levando assim vantagem técnica por conhecimento prévio das particularidades locais do objeto em relação às demais empresas que desconhecem os edifícios da Universidade.
- 4.1.3 Desta forma, levando em consideração todo o escopo da contratação, se torna imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado a realização da vistoria nos locais de atividade. As empresas interessadas que não quiserem realizar a vistoria deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme artigo 63 da lei 14.133/2021.
- 4.1.4 A avaliação prévia do local onde será executado o objeto pretendido é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades existentes, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, em dias de expediente na UNICAMP, das 9:00 horas às 16:00 horas. O agendamento deverá ser realizado no e-mail dman@unicamp.br
- 4.1.5 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.1.6 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.1.7 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, nos termos do anexo ao Edital.

- 4.1.8 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da execução do objeto pretendido, devendo, a Contratada, assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.2 Critérios de aceitabilidade de preços

- 4.2.1 O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico:
- 4.2.1.1 Planilha orçamentária detalhada, elaborada de acordo com o modelo fornecido pela Unicamp, em formato PDF (assinada pelo representante legal) e XLS, contendo todos os elementos constantes no Anexo – Pasta Técnica, bem como os valores unitários e totais, com destaque obrigatório do valor correspondente ao BDI, devendo, ainda, contemplar todas as etapas de execução, resultado do método executivo adotado pelo licitante, de forma que os serviços executados totalizem o preço global.
- 4.2.1.1.1 Todos os custos diretos necessários à completa execução de cada um dos itens do serviço, e que não estejam discriminados nas planilhas orçamentárias como itens independentes, deverão ser incorporados na composição de custos dos itens correlatos na planilha orçamentária a ser elaborada pelo licitante e apresentada no certame.
- 4.2.1.2 Cronograma físico-financeiro, elaborado de acordo com o modelo fornecido pela Unicamp em formato PDF (assinada pelo representante legal) e XLS, nos termos do Anexo - Pasta Técnica.
- 4.2.1.2.1 Na reunião para liberação do início da execução do objeto, a Contratada deverá apresentar o cronograma físico-financeiro definitivo e compatibilizado com a data “zero” da realização da referida reunião e com os percentuais financeiros indicados na proposta comercial.

4.3 Qualificação técnica

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- 4.3.1.1 Registro ou inscrição do licitante (Pessoa Jurídica) na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.
- 4.3.1.2 Certidão(ões) de Acervo Técnico emitido(s) pelo CREA ou pelo CAU acompanhada(s) do(s) respectivo(s) Atestado(s) (em cópias autenticadas) de responsabilidade técnica por execução de obra/serviço de características, quantidades e prazos compatíveis ao objeto desta licitação. O(s) atestado(s) deverá (ão) ter sido expedido(s) por empresa pública e/ou privada, sendo que no(s) mesmo(s) deverá (ão) constar o nome do(s) responsável(is) técnico(s) pelos serviços, cujas parcelas de maior relevância são:

Execução de Estrutura Metálica

- 4.3.1.2.1 Comprovação de vínculo do profissional, detentor da CAT, que deverá também ser o responsável técnico pelo Objeto, com a empresa LICITANTE. A comprovação do vínculo poderá ser mediante a apresentação de contrato de trabalho, Carteira de Trabalho e Previdência Social, responsabilidade técnica pela empresa perante o Conselho ou sócio da empresa.

4.3.1.3 Comprovação de capacidade operacional para execução de obra/ serviço similar ou de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, através de Atestado(s) ou Certidão de Acervo Operacional (CAO), em cópias autenticadas, emitido(s) em nome da empresa licitante. O(s) atestado(s) deverá(ão) ter sido expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, cuja(s) parcela(s) de maior relevância e quantidade(s) mínima(s) é (são):

Parcelas de maior relevância	Quant. mínima	Item(s) da planilha a que se refere(m) a(s) quantidade(s) mínima(s)
Execução de Estrutura Metálica	114.333,40 Kg <i>(equivalente à 40% de total de 285.833,50 Kg)</i>	10.2.1, 10.2.11, 10.2.13 10.2.3 10.2.5 10.2.7 10.2.9 11.2.1 11.2.11 11.2.13 11.2.3 11.2.5 11.2.7 11.2.9 12.2.1 12.2.11 12.2.13 12.2.3 12.2.5 12.2.7 12.2.9 13.2.1 13.2.11 13.2.3 13.2.5 13.2.7 13.2.9 14.2.1 14.2.11 14.2.13 14.2.3 14.2.5 14.2.7 14.2.9 15.2.1 15.2.11 15.2.3 15.2.5 15.2.7 15.2.9 16.2.1 16.2.11 16.2.13 16.2.3 16.2.5 16.2.7 16.2.9 17.2.1 17.2.11 17.2.3 17.2.5 17.2.7 17.2.9 18.2.1 18.2.11 18.2.3 18.2.5 18.2.7 18.2.9 19.2.1 19.2.11 19.2.13 19.2.3 19.2.5 19.2.7 19.2.9 2.2.1 2.2.11 2.2.3 2.2.5 2.2.7 2.2.9 20.2.12 20.2.13 20.2.9 21.2.1 21.2.11 21.2.3 21.2.5 21.2.7 21.2.9 22.2.1 22.2.11 22.2.13 22.2.3 22.2.5 22.2.7 22.2.9 23.2.1 23.2.11 23.2.3 23.2.5 23.2.7 23.2.9 24.2.1 24.2.11 24.2.3 24.2.5 24.2.7 24.2.9 25.2.1 25.2.11 25.2.3 25.2.5 25.2.7 25.2.9 26.2.1 26.2.11 26.2.13 26.2.3 26.2.5 26.2.7 26.2.9 27.2.1 27.2.11 27.2.13 27.2.3 27.2.5 27.2.7 27.2.9 28.2.1 28.2.11 28.2.13 28.2.16 28.2.3 28.2.5 28.2.7 28.2.9

		29.3.1	29.3.2	29.4.3	29.4.4
		29.4.8	29.4.10	3.2.10	3.2.11
		3.2.12	3.7.1	3.7.3	3.7.5
		3.7.7	3.7.9	31.2.1	31.2.11
		31.2.13	31.2.15	31.2.17	
		31.2.19	31.2.3	31.2.5	31.2.7
		31.2.9	32.10.1	32.10.2	
		32.10.3	32.10.5	32.11.4	
		32.15.1	32.15.2	32.15.3	
		32.16.4	32.20.1	32.21.4	
		32.27.1	32.27.2	32.27.3	
		32.27.5	32.28.4	32.3.1	
		32.3.2	32.3.3	32.3.5	32.4.4
		33.2.1	33.2.10	33.2.12	
		33.2.14	33.2.16	33.2.19	
		33.2.21	33.2.23	33.2.3	
		33.2.6	33.2.8	34.2.1	34.3.2
		34.8.1	34.8.11	34.8.3	34.8.5
		34.8.7	34.8.9	34.9.2	35.2.10
		35.2.9	36.2.10	36.2.11	
		36.2.12	37.2.10	37.2.11	
		37.2.12	38.2.1	38.2.11	
		38.2.3	38.2.5	38.2.7	38.2.9
		39.2.5	39.2.6	39.2.7	4.2.1
		4.2.11	4.2.13	4.2.3	4.2.5
		4.2.7	4.2.9	40.2.1	40.2.11
		40.2.3	40.2.5	40.2.7	40.2.9
		41.4.1	5.2.1	5.2.11	5.2.13
		5.2.3	5.2.5	5.2.7	5.2.9
		6.2.11	6.2.3	6.2.5	6.2.7
		6.2.9	7.2.1	7.2.11	7.2.3
		7.2.5	7.2.7	7.2.9	8.2.1
		8.2.11	8.2.13	8.2.3	8.2.5
		8.2.7	8.2.9	9.2.1	9.2.11
		9.2.13	9.2.3	9.2.5	9.2.7
		9.2.9			

Se neste item tiverem sido exigidas quantidades mínimas para as parcelas de relevância, está presente área técnica garante o atendimento à Súmula nº 24 do TCE, que reza:

“Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos da Lei 14.133/2021.”

4.3.1.4 A exigência de Certidão de Acervo Técnico (CAT) e de Certidão de Acervo Operacional (CAO) para a parcela de Execução de Estrutura Metálica, justifica-se pela complexidade técnica e operacional inerente ao objeto contratado. Trata-se de serviço que exige conhecimento especializado, mobilização de equipe qualificada e experiência prévia comprovada, sob pena de comprometimento da segurança, qualidade e do prazo de execução.

- 4.3.1.5 A parcela indicada representa 24,56% do valor total estimado da contratação, superando o percentual de 4% previsto no art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, configurando-se como parcela de maior relevância e valor significativo.
- 4.3.1.6 O quantitativo mínimo exigido corresponde a 40% do total da parcela, respeitando o limite máximo de 50% estabelecido no art. 67, §2º, da mesma lei, e foi fixado em patamar que assegura a comprovação de experiência sem restringir indevidamente a competitividade da licitação.
- 4.3.1.7 A exigência da CAT assegura que o profissional responsável técnico pela execução do contrato, possui experiência pessoal comprovada em serviços de características semelhantes. A exigência da CAO, por sua vez, garante que a empresa executora possui capacidade operacional para executar o objeto, tendo já mobilizado recursos humanos, materiais e logísticos em contratações de complexidade equivalente.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de execução

- 5.1.1 O início da execução do objeto se dará na data definida pela CONTRATANTE na reunião técnica de liberação do início de execução do objeto, a ser agendada mediante convocação formal, após a assinatura do contrato.
- 5.1.2 A área do canteiro de obras deverá ser isolada por tapume em telha metálica tipo trapezoidal 40.
- 5.1.3 Preposto:
- 5.1.3.1 A Contratada deverá disponibilizar no canteiro de obras, para responder perante a Fiscalização da Contratante, profissional credenciado pelo CREA ou CAU, Engenheiro Civil ou Arquiteto. Este profissional deverá ser credenciado à Fiscalização e emitir ART ou RRT correspondente, da mesma forma que o profissional que será o responsável técnico pelo Objeto.
- 5.1.3.1.1 A Contratada deverá disponibilizar no canteiro de obras, para responder perante a Fiscalização da Contratante e DGRH (DSSO), profissional credenciado pelo CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais) e respectivamente CRT (Conselho Regional de Técnicos), Técnico de segurança. Este profissional deverá ser credenciado à Fiscalização e emitir PGR, AAT, PT e demais documentos correspondentes, realizando também inspeções e acompanhamentos diários das atividades, garantindo a aplicação das normas de segurança vigentes.
- 5.1.3.1.2 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Contratada, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

5.2 Prazo de execução

- 5.2.1 O prazo de execução do contrato é de 730 (setecentos e trinta) dias corridos para início, execução e entrega do objeto contratado, contados a partir do dia determinado na reunião técnica de liberação do início de sua execução.
- 5.2.2 A área total estimada de intervenção corresponde a 45.456,18 m² de cobertura, distribuída entre 77 edifícios que compõem o patrimônio imobiliário da Unicamp campus Barão Geraldo
- 5.2.3 A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e conforme planejamento definido pela Administração, e realizada simultaneamente em diferentes edificações ou em etapas sucessivas.

5.3 Locais e horário da prestação dos serviços

- 5.3.1 Tabela com locais da prestação dos serviços:

Nº	Unidade/ Órgão	Endereço
1	BIBLIOTECA - FCM	Av. Adolfo Lutz, 149 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-876 Quadra: 03 Latitude: 22°49'35.0"S Longitude: 47°04'01.1"W
2	CIPOI - FCM	R. Vital Brasil, 329 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-888 Quadra: 31 Latitude: 22°49'43.9"S Longitude: 47°03'51.7"W
3	FCM 01 + ANEXOS	R. Albert Sabin, 90-208 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-894 Quadra: 40 Latitude: 22°49'48.0"S Longitude: 47°03'50.6"W
4	CIPED - FCM	R. Tessália Vieira de Camargo, 920 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-887 Quadra: 40 Latitude: 22°49'48.3"S Longitude: 47°03'45.0"W
5	CEPRE - FCM	Av. Adolfo Lutz, 1137-1059 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-880 Quadra: 40 Latitude: 22°49'52.3"S Longitude: 47°03'45.9"W

6	NMCE (BARRACÃO/PAVILHÃO) - FCM	R. Cinco de Junho, 191-135 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-877 Quadra: 7 Latitude: 22°49'28.8"S Longitude: 47°03'36.2"W
7	FE - ANEXO I	R. Bertrand Russell, 643 - Cidade Universitária, Campinas - SP Quadra: 23 Latitude: 22°48'57.7"S Longitude: 47°03'54.1"W
8	FE - PRÉDIO * - CEDES	R. Bertrand Russell, 643 - Cidade Universitária, Campinas - SP Quadra: 23 Latitude: 22°48'59.4"S Longitude: 47°03'56.4"W
9	FE - ANEXO II	R. Lev Landau, 280 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-858 Quadra: 23 Latitude: 22°49'00.7"S Longitude: 47°03'55.3"W
10	FEM - DSI - "B até G"	Av. Albert Einstein, 373-587 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-852 Quadra: 36 Latitude: 22°49'09.9"S Longitude: 47°03'57.7"W
11	FEM - TOMOGRAFO	Av. Antônio da Costa Santos, 1-73 - Cidade Universitária, Campinas - SP Quadra: 47 Latitude: 22°49'09.1"S Longitude: 47°03'49.6"W
12	FEM_ H I J K	R. Mendeleyev, 200 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-860 Quadra: 36 Latitude: 22°49'09.0"S Longitude: 47°03'55.7"W
13	IB - LABORATÓRIO DE BIOLOGIA	R. Sérgio Buarque de Holanda, 1 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-859 Quadra: 19 Latitude: 22°49'07.8"S Longitude: 47°04'12.4"W

14	IB - BIOLOGIA/ECOLOGIA (BARRACÃO/PAVILHÃO)	R. Bertrand Russell, 1251 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-865 Quadra: 20 Latitude: 22°49'14.3"S Longitude: 47°04'09.3"W
15	IB - GENÉTICA (BARRACÃO/PAVILHÃO)	Av. Cândido Rondon, 221 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-875 Quadra: 25 Latitude: 22°49'12.7"S Longitude: 47°03'35.2"W
16	IE - Prédio Principal (ADM)	R. Pitágoras, 353 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-857 Quadra: 24 Latitude: 22°48'53.7"S Longitude: 47°03'56.9"W
17	IE - PAVILHÃO (BARRACÃO/PAVILHÃO)	Av. Albert Einstein, 1161 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-852 Quadra: 24 Latitude: 22°48'52.4"S Longitude: 47°03'53.9"W
18	SVC	Av. Albert Einstein, 763 - Geraldo, Campinas - SP, 13083-852 Quadra: 26 Latitude: 22°49'02.3"S Longitude: 47°03'51.3"W
19	DAE/DETIC	Av. Albert Einstein, 763 - Geraldo, Campinas - SP, 13083-852 Quadra: 26 Latitude: 22°49'03.1"S Longitude: 47°03'51.3"W
20	DSSO DGA	R. Josué de Castro, 300 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-861 Quadra: 29 Latitude: 22°49'18.5"S Longitude: 47°03'51.7"W
21	FEQ - (BARRACÃO/PAVILHÃO)	Av. Albert Einstein, 2193 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-852 Quadra: 29 Latitude: 22°49'14.5"S Longitude: 47°03'56.2"W

22	FEQ - BLOCO "B" ANEXOS (I e II)	Av. Albert Einstein, 500 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-852 Quadra: 29 Latitude: 22°49'14.5"S Longitude: 47°03'54.6"W
23	INCAMP	Av. Oswaldo Cruz, 341 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-876 Quadra: 6 Latitude: 22°49'25.9"S Longitude: 47°03'50.5"W
24	REITORIA I + ANEXO	R. da Reitoria, 109 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-872 Quadra: 1 Latitude: 22°49'27.5"S Longitude: 47°03'50.5"W
25	DEDIC - CECI INTEGRAL	R. Carlos Chagas, 301 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-878 Quadra: 39 Latitude: 22°49'37.9"S Longitude: 47°03'45.4"W
26	GASTROCENTRO	R. Carlos Chagas, 420 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-878 Quadra: 31 Latitude: 22°49'41.5"S Longitude: 47°03'46.3"W
27	IA - ANEXO AUDITÓRIO	R. Carlos Gomes, 246 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-859 Quadra: 16 Latitude: 22°48'55.0"S Longitude: 47°04'11.7"W
28	DCE	R. Sérgio Buarque de Holanda, 426 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-859 Quadra: 18 Latitude: 22°49'04.3"S Longitude: 47°04'17.3"W
29	SAE CLE	R. Sérgio Buarque de Holanda, 251 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-859 Quadra: 18 Latitude: 22°49'05.6"S Longitude: 47°04'15.4"W

30	CICLO BÁSICO I	R. Josué de Castro, 1-123 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-861 Quadra: 21 Latitude: 22°49'03.4"S Longitude: 47°04'06.6"W
31	LEPTON (BARRACÃO/PAVILHÃO)	Av. Albert Einstein, 1001 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-852 Quadra: 23 Latitude: 22°48'56.9"S Longitude: 47°03'52.3"W
32	SEC	Av. Albert Einstein, 901 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-852 Quadra: 23 Latitude: 22°48'58.2"S Longitude: 47°03'50.9"W
33	NEFROLOGIA	R. Vital Brasil, 300 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-888 Quadra: 31 Latitude: 22°49'42.0"S Longitude: 47°03'47.3"W
34	IQ - BLOCO "G" (BARRACÃO/PAVILHÃO)	R. Mendeleyev, 29 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-860 Quadra: 10 Latitude: 22°49'06.6"S Longitude: 47°04'02.4"W
35	IQ - Subestação/Cabine de força 03	R. Mendeleyev, 29 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-860 Quadra: 10 Latitude: 22°49'06.6"S Longitude: 47°04'02.4"W
36	FEAGRI - BIOMA	R. Michel Debrun, 397 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-841 Quadra: 28 Latitude: 22°49'07.1"S Longitude: 47°03'46.6"W
37	FEAGRI - LAB. LOGICON	R. Michel Debrun, 397 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-841 Quadra: 28 Latitude: 22°49'08.5"S Longitude: 47°03'47.2"W

38	FEA - ÓLEOS/DETA	R. Bertrand Russell, nº 957-1017 Quadra: 36 Latitude: 22°49'9.86"S Longitude: 47°4'0.72"O
39	FEA - HIGIENE/DETA	R. Monteiro Lobato, nº 80 Quadra: 9 Latitude: 22°49'13.80"S Longitude: 47°4'2.19"O
40	FEA - DCA/DECAN	R. Monteiro Lobato, nº 80 Quadra: 9 Latitude: 22°49'13.5"S Longitude: 47°04'02.8"W
41	FEA - DEA/DETA	R. Monteiro Lobato, nº 80 Quadra: 9 Latitude: 22°49'12.42"S Longitude: 47°4'3.21"O
42	FEA - DEPAN/DECAN	R. Monteiro Lobato, nº 80 Quadra: 9 Latitude: 22°49'14.81"S Longitude: 47°4'2.91"O
43	FEEC - BLOCO "F"	R. Albert Einstein, nº 400 Quadra: 8 Latitude: 22°49'18.6"S Longitude: 47°03'54.6"W
44	FCF - SETOR 4	R. Candido Portinari, nº200 Quadra: 4 Latitude: 22°49'25.84"S Longitude: 47° 3'56.56"O
45	FCF - SETOR 6	R. Candido Portinari, nº200 Quadra: 4 Latitude: 22°49'23.79"S Longitude: 47° 3'57.52"O
46	CAISM	R. Alexander Fleming, 101 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-881 Quadra: 3 Latitude: 22°49'39.5"S Longitude: 47°03'55.5"W

47	FEEC - BLOCO "A"	R. Albert Einstein, nº 400 Quadra: 8 Latitude: 22°49'15.80"S Longitude: 47° 3'59.15"O
48	DGA - GRÁFICA	R. Josué de Castro, nº 80 Quadra: 29 Latitude: 22°49'22.51"S Longitude: 47° 3'48.87"O

5.3.2 Os serviços serão prestados nos seguintes horários:

- Segunda a sexta-feira, das 7:00 horas às 18:00 horas;

- Sábados, domingos, feriados, pontos facultativos ou dias sem efetivo da CONTRATANTE na Universidade: a prestação de serviços só poderá ser realizada, mediante autorização expressa e formal da fiscalização. As solicitações deverão ser feitas, por escrito, com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência da data pleiteada. Na solicitação deverá constar a relação dos funcionários que trabalharão nos dias solicitados, as datas que se pretende trabalhar e os serviços que serão executados.

5.4 Materiais a serem disponibilizados

5.4.1 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios (todos os insumos) necessários para a execução integral do objeto pretendido, provendo sua substituição quando necessário e/ou solicitado pela Fiscalização.

5.5 Recebimento

5.5.1 O objeto será recebido provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de comunicação formal da Contratada para vistoria final com o objetivo de entregar a obra. Será recebido definitivamente após o prazo de observação de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do Recebimento Provisório.

5.5.1.1 Tanto o Termo de Recebimento Provisório, quanto o Termo de Recebimento Definitivo, serão emitidos somente quando todas as pendências forem sanadas.

5.5.2 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no cronograma físico-financeiro fornecido, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

5.5.2.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída, quando os serviços previstos para aquela etapa, no cronograma físico-financeiro ofertado pela CONTRATADA, estiverem executados em sua totalidade;

- 5.5.2.2 A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais, utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 5.5.3 O objeto pretendido será recebido provisoriamente, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 5.5.3.1 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo Fiscalização da CONTRATANTE, não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;
- 5.5.4 A Fiscalização da CONTRATANTE não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei 14.133, de 2021), como também citado acima;
- 5.5.5 O Recebimento Provisório também ficará sujeito à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e instruções exigíveis;
- 5.5.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.5.7 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto estiver pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto pretendido ou no instrumento de cobrança;
- 5.5.8 O Recebimento Provisório ou Definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.6 Critérios de medição

- 5.6.1 A medição será realizada até o 4º dia útil do mês subsequente, considerando os serviços executados, efetivamente concluídos pela Contratada entre o primeiro e o último dia do mês anterior e aceitos pela Fiscalização, conforme definido no cronograma.
- 5.6.2 A CONTRATADA deverá apresentar, até o último dia do mês, memórias de cálculo que demonstrem os eventos executados no período.
- 5.6.3 Somente serão pagos os eventos efetivamente executados, aceitos e medidos pela FISCALIZAÇÃO.
- 5.6.4 Serão medidos os eventos concluídos e aceitos. Serviços inconclusos, parcialmente executados ou não aceitos pela fiscalização não serão medidos.
- 5.6.5 A empresa deverá seguir o prazo do cronograma de execução anexos ao edital de licitação. Qualquer alteração deverá ser justificada tecnicamente e previamente aprovada pela fiscalização.

- 5.6.6 Não serão medidos serviços executados antes de suas atividades predecessoras. Exceto quando a antecipação de execução for autorizada pela Fiscalização.

5.7 Condições para possíveis aditamentos / reequilíbrios:

- 5.7.1 No caso da ocorrência de pequenas variações quantitativas dos itens orçamentários relacionados às etapas descritas na planilha orçamentária, essas correrão por conta e risco da contratada, sempre que menores que 15% (quinze por cento) dos quantitativos estimados na planilha orçamentária.
- 5.7.2 Caso os limites estabelecidos no item 5.7.1 sejam superiores, poderão ser ajustados termos aditivos para restabelecer a equação econômico-financeira da avença, desde que:
- 5.7.2.1 A alteração contratual decorrente não supere ao estabelecido no art. 13, inciso II, do Decreto 7.983/2013, cumulativamente com o respeito aos limites previstos nos art. 125 da Lei 14.133/2021, estes últimos, relativos a todos acréscimos e supressões contratuais;
- 5.7.2.2 A modificação do ajuste não ensejará a ocorrência do "jogo de planilhas", com redução injustificada do desconto inicialmente ofertado em relação ao preço base do certame no ato da assinatura do contrato, em prol do que estabelece o art. 14 do Decreto 7.983/2013, como também do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal;
- 5.7.2.3 A correção de quantitativos, bem como a inclusão de serviço omitido, não esteja compensada por distorções em outros itens contratuais que tornem o valor global da avença compatível com o de mercado.
- 5.7.3 Os potenciais aditivos a que se refere o item 5.7.2 só serão devidos caso a variação de quantitativo no item traga impacto maior que 0,5% no valor global do contrato para mais ou para menos.
- 5.7.3.1 Para a aplicação no disposto no item 5.7.3, não caberá a somatória de dois ou mais itens de planilha para a regra de cálculo do impacto no valor global do contrato.
- 5.7.3.2 Eventuais serviços omitidos na planilha orçamentária, mas necessários à execução do projeto conforme descritos no Projeto Básico, serão objeto de aditivo e pagamento sempre que tiver um valor total de 1% acima do valor inicial do contrato.
- 5.7.3.3 No caso de descrição incorreta do serviço constante na planilha licitada em comparação com o exigido no projeto básico, poderá haver termo aditivo para compensar a diferença, para mais ou para menos, sempre que se tratar de serviço cujo preço total estimado for superior a 0,5% do valor inicial do contrato atualizado.
- 5.7.4 Poderão ensejar reequilíbrio econômico-financeiro: os impedimentos, retardamentos ou onerosidades excessivas, devidamente fundamentadas, e que tenham como causa ou fatos, considerada a matriz de riscos:
- 5.7.4.1 Eventos previsíveis ou imprevisíveis de consequências incalculáveis, que tenha nexos causal direto com impedimento, retardamento ou onerosidade excessiva;
- 5.7.4.2 Que não tenham sido ocasionados por culpa da contratada.
- 5.7.4.3 Será considerada onerosidade excessiva para fins de reequilíbrio, o demonstrado efeito ao valor total do contrato superior a 5%.

Campinas, 17 de Abril de 2026.

Paulo Teodoro Nogueira Santos

Documento assinado eletronicamente por PAULO MATEUS ORRU VIANA, ENGENHEIRO CIVIL, em 17/04/2026, às 09:54 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por GERALDO JOSE FERREIRA, COORDENADOR DE DIVISÃO, em 17/04/2026, às 10:08 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por PAULO TEODORO NOGUEIRA SANTOS, ENGENHEIRO CIVIL, em 17/04/2026, às 09:48 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



**A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
F8F9330E FCD14543 86A14189 3843A390**



**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
ADMINISTRATIVO**

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O prazo de vigência da contratação é contado da data de sua assinatura até o recebimento definitivo, devendo a Contratada obedecer ao prazo de execução definido no subitem 5.2.1, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

6.2 O contrato ou instrumento hábil equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento hábil equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.7 Antes do início da prestação dos serviços, a empresa deverá entregar a documentação necessária à emissão de crachás, assim como a liberação pela Segurança do Trabalho, deverá ocorrer conforme disposto no Manual de Segurança da Divisão de Segurança do Trabalho - DSTr/DGRH/UNICAMP, disponível no endereço eletrônico: https://www.dgrh.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/18/2018/01/man_dsso_seguranca.pdf

6.7.1 A Contratada deverá atender às exigências relativas à segurança, higiene e saúde do trabalhado, procedimentos internos à Universidade, assim como as regras estabelecidas pela legislação vigente, devendo participar do treinamento denominado Integração de Segurança do Trabalho, na Divisão de Segurança do Trabalho - DSTr, seguindo as orientações contidas no Manual de Segurança do Trabalho.

6.8 Garantia da Contratação

6.8.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

6.8.1.1 No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em pecúnia. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados a seguir, observada a legislação que rege a matéria:

a) prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do contrato;

b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

c) obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados, observada a legislação que rege a matéria.

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

6.8.1.2 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

6.9 Fiscalização

6.9.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9.2 O fiscal do contrato acompanhará a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no ajuste, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, consoante as atribuições previstas no Art. 16 da [Resolução GR nº 14/2023](#).

6.10 Gestor do contrato

6.10.1 O gestor do contrato acompanhará a execução contratual, com apoio dos fiscais do contrato, assegurando o controle dos prazos do contrato; a manutenção das condições de habilitação da contratada; a disponibilidade prévia de empenho, o pagamento, as garantias e as glosas; a formalização de apostilamento e termos aditivos, bem como as demais atribuições necessárias à plena execução do contrato estabelecidas no Art. 14 da [Resolução GR nº 14/2023](#).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 Medição

7.1.1 A medição obedecerá às condições contidas no Item 5.6 e subitens deste Termo de Referência.

7.2 Liquidação

7.2.1 Recebido definitivamente o objeto ou a parcela de referência, e mediante ateste da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será iniciado os prazos para liquidação e pagamento correspondente, limitando-se este último ao estabelecido no item 7.3 do Termo de Referência.

7.2.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.3 Prazo de pagamento

7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de cada medição e mediante a apresentação dos documentos fiscais competentes, com base na legislação vigente. Serão considerados serviços executados os efetivamente concluídos e aceitos pela Fiscalização da CONTRATANTE.

7.3.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

7.4 Forma de pagamento

7.4.1 O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente no Banco do Brasil S/A sob a titularidade da Contratada, conforme Decreto Estadual nº 62.867/2017, alterado pelo Decreto Estadual nº 66.000/2021.

7.4.1.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.4.2 O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.4.2.1 Independente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.3 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, exceto nos casos em que, por força da legislação vigente, essas retenções sejam devidas.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

8.2 Critérios de aceitabilidade de preços

8.2.1 A aceitabilidade de preços obedecerá às condições contidas no Item 4.2 e subitens deste Termo de Referência.

8.3 Exigências de habilitação

8.3.1 Previamente à celebração do contrato ou emissão de Instrumento equivalente (Autorização de Fornecimento, nota de empenho ou outro), a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Consulta de SANÇÕES do Estado de São Paulo: https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx ;

e) Consulta de Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP): <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>;

8.3.2 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos descritos nos itens seguintes, conforme sua natureza jurídica.

8.4 Habilitação jurídica

8.4.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.4.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.4.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.4.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5 Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.6 Qualificação Econômico-Financeira

8.6.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.6.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor);

8.6.1.1 Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

8.6.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.6.2.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), bem como o Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 0,50 (zero ponto cinquenta);

8.6.2.1.1 A fórmula é composta dos índices resultantes de:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$IE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

8.6.3 Patrimônio Líquido Mínimo de R\$ 4.080.000,00 (quatro milhões e oitenta mil reais), comprovados na forma da lei, admitida sua atualização conforme legislação vigente.

8.6.3.1 A atualização do Patrimônio Líquido, se necessária, deverá ser demonstrada por documento assinado pelo representante legal e profissional devidamente habilitado e inscrito no órgão de classe.

8.6.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º); e

8.6.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.6.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.7 Qualificação Técnica

8.7.1 A qualificação técnica obedecerá às condições contidas no Item 4.3 e subitens deste Termo de Referência.

8.8 Outras comprovações

8.8.1 Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.8.1.1 Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.8.1.2 O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.8.1.3 Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8.1.4 A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.8.2 Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8.2.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.8.2.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.8.2.3 Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.8.2.4 Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.8.2.5 Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.8.2.6 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.8.2.7 Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

8.8.3 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.4 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8.6 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8.7 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 40.806.369,07 (quarenta milhões, oitocentos e seis mil, trezentos e sessenta e nove reais e sete centavos), conforme planilha orçamentária constante da Pasta Técnica.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Universidade Estadual de Campinas, conforme abaixo:

Fonte de Recurso: Tesouro

Funcional Programática Legal (FPL): 12.364.4807.1151

Classificação Econômica: 3339-81

Campinas, 19 de março de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

Documento assinado eletronicamente por LUIZ MEDEIROS DE OLIVEIRA, TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, em 07/04/2026, às 15:55 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por MARIA TEODORA DA ROCHA IOTI, COORDENADOR DE SERVIÇO, em 07/04/2026, às 16:07 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



**A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
7EDD9CF3 D82C4BF2 983858D3 F5843450**

